

■ POLÍTICA

ACM e Arruda ganham mais tempo

Jader diz que a Mesa do Senado terá 15 dias para analisar decisão do Conselho de Ética

Francisco Câmpora e João Domingos
de Brasília

Em meio a insistentes boatos de que iriam renunciar para fugir da possível cassação por quebra do decoro parlamentar às vésperas da decisão do Conselho de Ética, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) ganharam mais 15 dias de sobrevida antes de serem obrigados a tomar as suas decisões. O Conselho de Ética se reúne hoje para votar o relatório de Saturnino Braga (PSB-RJ), que pede a cassação dos dois senadores.



Antonio Carlos Magalhães

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), informou ontem que a Mesa Diretora tem até 15 dias, no máximo, a partir do recebimento da decisão do conselho, para decidir se manda ou não instaurar o processo por quebra de decoro contra os senadores, acusados de violação do painel de votação.

Se o processo for de perda de mandato, Antonio Carlos e Arruda terão de renunciar antes que a decisão da Mesa seja publicada pelo Diário Oficial. Só assim poderão preservar os direitos políticos e a possibilidade de disputarem as eleições do ano que vem. Se o processo for iniciado, a renúncia não os impedirá de perder os direitos políticos por oito anos.

A tática de Antonio Carlos já está bem definida. Hoje, durante a reunião do Conselho de Ética, os senadores Paulo Souto e Waldeck Ornélas, ambos do PFL da Bahia, farão voto em separado, na tentativa de derrubar o parecer de Saturnino.

O voto de Souto e Ornélas seguirá a orientação da defesa de Antonio Carlos, segundo a qual o artigo 10º do Regimento Interno do Senado estabelece, em seu item III, que caberá a suspensão do mandato daquele que “revelar conteúdo de debates ou deliberações que o Senado ou comissão haja resolvido devam ser secretos”.

De acordo com o memorial de defesa de Antonio Carlos, feito pelos advogados Márcio Thomaz Bastos e Vicente Cernichiaro, deve haver simetria entre as condutas e as penas. Quando existe uma graduação de

sanções — que vão de advertência à perda de mandato —, dizem, é preciso que se avalie a conduta e se estabeleça a proporcionalidade da pena.

O senador José Roberto Arruda, que ontem passou o dia em sua casa para preparar discurso que fará hoje no Conselho de Ética, corre na sombra de Antonio Carlos. Ele sabe que se ficar sozinho na sua luta para preservar o mandato não terá escapatória. Nem partido tem mais.

Arruda, que integra o conselho na condição de titular, pretende se abster. Com essa atitude, evitará que seu lugar seja ocupado pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que declara a quem quiser ser a favor da cassação dos senadores. Mas a situação de Arruda terá de ser examinada ainda pelo presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS). O próprio Barros pede que Arruda seja impedido de votar, porque é réu no processo.

Por enquanto, Antonio Carlos aposta na possibilidade de conseguir votos a favor do relatório paralelo de Paulo Souto e Waldeck Ornélas, o que

o livraria do processo de perda de mandato. Ele acha que tem os cinco votos do PFL e poderá conquistar mais dois no PSDB e um do PMDB, o que lhe asseguraria oito votos contra sete a favor de sua cassação. Os senadores que defendem a perda de mandato de Arruda e Antonio Carlos acham que terão dez votos; os dois acusados, cinco.

Os argumentos dos advogados de Antonio Carlos são considerados os melhores. Mas o julgamento é político. Muitas vezes os senadores nem olham os memoriais que a defesa lhes encaminha. O que foi enviado ontem aos senadores do Conselho de Ética diz que a perda temporária do mandato (que pode ser de três meses) é uma punição grave. “Tão séria e grave que a Casa nunca a aplicou, ao longo de toda a sua vida multicentenária”, dizem Thomaz Bastos e Cernichiaro.

Se perder no Conselho de Ética, Antonio Carlos começará a preparar a renúncia. Pretende transformar o ato em grande manifestação política na Bahia, na qual se lançará candidato a senador ou a governador. O suplente é

seu filho Antonio Carlos Júnior. Como até ontem não se sabia que prazo teria para renunciar, Antonio Carlos trabalhava com a possibilidade de ser obrigado a tomar a atitude amanhã mesmo. Como ganhou mais tempo, vai aguardar até a hora em que for assinado o ato da Mesa que determina ao Conselho de Ética a abertura do processo.



José Roberto Arruda

A tendência de Arruda é imitar tudo o que fizer o ex-presidente do Senado. Antonio Carlos tem conversado com senadores do PFL a respeito de sua renúncia. Diz que, ao contrário do Conselho de Ética, onde aparentemente tem minoria, poderia reverter o processo no plenário. Mas teme a pressão da opinião pública sobre os senadores, principalmente sabendo-se que 54 dos 81 vão renovar seus mandatos. Por isso, acha que não pode se arriscar.

A partir do momento que a Mesa Diretora receber o relatório do Conselho de Ética, hoje ou amanhã, começa a valer o prazo de 15 dias para a decisão a respeito do processo. Jader Barbalho escolherá o novo relator do caso. “Pode ser qualquer um dos senadores, até eu mesmo, que não estou impedido”, disse. Mas ele é inimigo de Antonio Carlos e dificilmente se incumbirá dessa tarefa.

O relator designado por Jader poderá alterar o relatório de Saturnino Braga, que pede a cassação de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, e até mesmo sugerir o arquivamento do caso. Dentro do prazo dado pela Mesa, o relator terá sete dias no máximo para apresentar o seu parecer. Ainda dentro do prazo máximo, segundo a Consultoria e a Advocacia do Senado, poderá haver pedido de vistas, por no máximo cinco dias, a cargo de qualquer um dos membros da Mesa Diretora.

O Conselho de Ética vai decidir hoje logo no início da reunião o requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que sugere votação aberta do parecer de Saturnino Braga. O presidente Ramez Tebet já se declarou a favor do voto aberto, mas vai pôr o requerimento em votação.